

**Membros da equipe responsável pela qualidade dos serviços da Disney por mais de vinte anos.**

## **Pesquisa vai mapear os portadores de deficiência**

*Fadua Matuck e Vanessa Macedo*

Portadores de deficiência têm suado a camisa para provar que são capazes de fazer parte do mercado de trabalho. Apesar do preconceito e das dificuldades que ainda enfrentam, eles não se deixam abater e lutam pelos seus direitos. A estimativa da Organização Mundial de Saúde, é de que 10% da população brasileira têm algum tipo de deficiência. Desses 10%, 15% seriam deficientes auditivos, 5% visuais, 10% múltiplos, 50% mentais e 20% físicos. No entanto, segundo o Censo Demográfico de 1991, último que apresentou os números da deficiência no Brasil, os deficientes representam apenas 2% da população. Para preencher essa ausência de dados, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), em parceria com a Fundação Banco do Brasil, vai elaborar a pesquisa Retrato da Deficiência no Brasil, que fará o mapeamento do universo das pessoas portadoras de deficiência para sugerir políticas nos setores públicos e privados.

Com a pesquisa, a FVG pretende elaborar o perfil sócio-econômico e demográfico da pessoa portadora de deficiência e elaborar um banco nacional de dados sobre causas da deficiência, quantificação, distribuição geográfica, trabalho e renda, escolaridade e acesso aos programas sociais, entre outros. Para o coordenador da pesquisa e chefe do Centro de Políticas Sociais do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (IBRE), Marcelo Neri, a questão é antiga mas pouco discutida na sociedade.

- A pesquisa pretende levantar dados para trazer à tona essa discussão esclarecendo a sociedade e diminuindo o preconceito. Vamos aproveitar os dados do censo de 2000 que serão divulgação este ano - diz Neri.

O Centro de Vida Independente (CVI), ONG liderada por deficientes, trabalha há dez anos prestando apoio social e jurídico aos portadores de deficiência. O diretor executivo do CVI, Geraldo Marcos Nogueira Pinto, concorda que o preconceito ainda é a principal barreira encontrada por eles para ingressar no mercado de trabalho.

- Ao chegar numa empresa o deficiente é encarado como incapaz. O mercado se fecha por não acreditar no nosso potencial antes mesmo de nos dar qualquer chance para provar o contrário.

Mesmo com o trabalho de esclarecimento e conscientização da população, realizado por associações como o CVI, a violação dos direitos dos deficientes, vez ou outra, acaba se manifestando. Como adiantou o colunista Ancelmo Góis, do jornal O GLOBO, os Correios quase demitiram os 3.500 funcionários portadores de deficiência não fosse denúncia das associações.

O deputado Padre Roque (PT-PR) acusou ainda a empresa de burlar a lei ao terceirizar os serviços prestados por deficientes em vez de reservar-lhes 20% das vagas nos concursos.

Segundo a assessoria dos Correios, a demissão seria feita porque o excesso de deficientes físicos em algumas agências estaria atrapalhando o desempenho das unidades. A empresa disse que ainda está se adequando à lei de 1990 que garante a cota de vagas nos concursos públicos e por isso recorre às terceirizações.

Segundo o coordenador do CVI, há alguns anos as empresas só faziam terceirizações e raramente contratavam. Assim que chegou à associação, recebia vários telefonemas por dia de deficientes denunciando o não cumprimento das leis de reserva de vagas nos concursos públicos e nas empresas.

- Hoje o quadro é outro. Apesar de muitas empresas continuarem não cumprindo com a lei de reserva de vagas, nos últimos cinco anos, o mercado se abriu bastante para os deficientes - conta.

O Marina Palace Hotel firmou um convênio com o CVI desde 1998, quando abriu a sua primeira turma de estágio formada por deficientes. Dos 24 estagiários, 12 foram efetivados.

- Nunca tivemos dificuldades. Recebemos palestras para aprender a lidar com eles. Crescer na empresa é fundamental para a auto-estima do deficiente. Ele percebe que não foi excluído - diz a gerente de RH do Marina, Ana Cristina Ladeira.

Segundo o diretor do CVI, isso é o que acontece com a maioria das empresas. O empresário faz a experiência e muda seu comportamento. A empresa percebe que não há diferença entre os deficientes e os outros funcionários.

Na justiça, não são poucas as leis que asseguram os direitos dos portadores de deficiência. Entre as mais fiscalizadas pelas associações de deficientes estão as leis federais 8.213, que garante um percentual de 2% a 5% de funcionários deficientes para empresas com mais de 100 empregados, e 8.112, que determina 5% das vagas para concursos públicos. No Rio de Janeiro, a lei 2.111 destina de 5% a 15% das vagas dos concursos municipais para deficientes.

O CVI calcula que se a determinação fosse totalmente cumprida sobrariam vagas para deficientes físicos.

### **Falta de investimento em educação**

Além da dificuldade em conquistar seu espaço no mercado de trabalho os deficientes sofrem para lutar em pé de igualdade com os demais funcionários.

Para a superintendente do Instituto Brasileiro de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (IBDD), Teresa Costa D´Amaral, a falta de adequação do sistema educacional é uma das causas da dificuldade de inserção do deficiente no mercado de trabalho.

- Muitas vezes, os profissionais de ensino não estão preparados para trabalhar com portadores de deficiência, que de certa forma, já começam a ser excluídos daí. Em muitos casos, a escola não tem condições ou projetos de arquitetura para recebê-los. Muito menos o material adequado. A qualificação é uma carência que o IBDD pretende suprir com a implantação de um centro de profissionalização que poderá ministrar cursos de informática e idiomas - explica Teresa.

A via crucis, no entanto, não termina aí. Aqueles que conseguiram investir em qualificação enfrentam outras dificuldades, como o acesso ao trabalho. O transporte ainda é um dos maiores obstáculos encontrados pelos deficientes.

- Os ônibus não são adaptados. Se a deficiência o impede de pegar um ônibus, o deficiente tem que recorrer a outros meios de transportes mais caros como carro. O que nem sempre é possível - afirma Teresa.